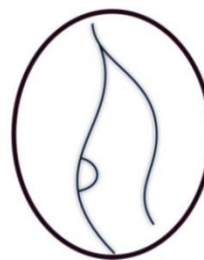




INTERFACE  
ISSN 2448-2064



---

## **CASA FAMILIAR RURAL DE BOA VISTA DO RAMOS: EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE ALTERNÂNCIA**

RURAL FAMILY HOUSE OF BOA VISTA DO RAMOS: PRACTICAL EXPERIENCE OF ALTERNATION

Ramofly Bicalho  
ramofly@gmail.com

Anndson Brelaz Oliveira  
anndson.oliveira@ifam.edu.br

Fredy Veras Santos  
fredy.veras@ifam.edu.br

### **Resumo**

Nosso objetivo principal é conhecer a formação inicial de educadores e educandos na pedagogia da alternância, as práticas pedagógicas de transformação da educação do campo, através das experiências realizadas na Casa Familiar Rural – CFR do município de Boa Vista do Ramos. No Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, desenvolvemos pesquisas bibliográficas e documental utilizando, entre as fontes de investigação, legislações, portarias e decretos, além das atividades de campo junto ao Curso Técnico em Agroecologia, na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Na fundamentação teórica utilizamos, entre outros, SILVA, 2008; BICALHO, 2016; CALDART, STEDILE & DAROS, 2015; MOLINA, 2014; VENDRAMINI & AUED, 2009; CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO & FRIGOTTO, 2012. Constatamos que a CFR, voltada para o desenvolvimento local, desenvolve inúmeras atividades teóricas e práticas na propriedade dos estudantes, baseadas nos princípios da educação do campo e pedagogia da alternância, numa estreita articulação com os movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância. Casa Familiar Rural. Movimentos Sociais. Educação do Campo.

### **Abstract**

Our main objective is to know the initial formation of educators and students in the pedagogy of the alternation, the pedagogical practices of transformation of the education of the field, through the experiences realized in the Rural Familiar House - CFR of the municipality of Boa Vista do Ramos. In the Postgraduate Program in Agricultural Education - PPGEA, Federal Rural University of Rio de Janeiro - UFRRJ, we developed bibliographical and documentary research using, among research sources, legislation, ordinances and decrees, besides the field activities next to the Course Technician in Agroecology, in the modality of Education of Young and Adults - EJA, PRONATEC - National Program of Access to Technical Education and Employment. In the theoretical basis we use, among others, SILVA, 2008; BICALHO, 2016; CALDART, STEDILE & DAROS, 2015; MOLINA, 2014; VENDRAMINI & AUED, 2009; CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO & FRIGOTTO, 2012. We note that the CFR, focused on local development, develops numerous theoretical and practical activities in students' property, based on the principles of rural education and pedagogy of alternation, in close coordination with movements social policies.

**Keywords:** Alternation Pedagogy. Rural Family House. Social movements. Field Education

## Introdução

Neste artigo, trataremos da Educação do Campo, através das experiências realizadas na Casa Familiar Rural – CFR do município de Boa Vista do Ramos no estado do Amazonas, com mestrandos e docentes do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A Casa Familiar Rural (CFR) é uma instituição educativa, criada para formar os filhos de agricultores familiares, na busca por uma educação emancipadora e formação integral, tendo como princípios a valorização das suas histórias de vida, identidades, memórias e realidades. É considerada uma escola-residência, em que os jovens, além de estudarem os conteúdos da educação básica, produzem conhecimentos profissionais e de formação geral, administrada por uma associação de pais e lideranças das comunidades envolvidas no projeto (ESTEVAM, 2003).

No dia 13 maio de 2002, 26 jovens, representando 18 comunidades, iniciam, em caráter temporário, a primeira CFR do Estado do Amazonas, denominada de Boa Vista do Ramos na comunidade rural Cristo Bom Pastor do Pari. A referida CFR surge através das representações, mobilização e organização dos sujeitos, individuais e coletivos, na luta por um projeto idealizado e construído, principalmente, por agricultores familiares. A CFR de Boa Vista do Ramos, no que se refere à implantação de sua infraestrutura física, contou com financiamentos da Fundação Avina, Fundação Daniel Dazcal, Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos e Associação das Famílias da CFR de Boa Vista do Ramos. Essa estrutura, inaugurada em maio de 2004, está localizada na Comunidade Boa União, no distrito do Rio Urubu, com uma área de 10.000 m<sup>2</sup>, num terreno doado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos (MELO, 2010).

Na construção dos referenciais teórico-metodológicos, consultamos documentos<sup>1</sup> produzidos pelo MEC – Ministério da Educação, em parceria com os Institutos Federais, Universidades Públicas, Secretarias Municipais de Educação e Movimentos Sociais do Campo, além da participação em diversas atividades de campo, em especial, o acompanhamento de trinta discentes do Curso Técnico em Agroecologia, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC<sup>2</sup>, através da pedagogia da alternância. Comparamos e entrecruzamos vozes advindas de diversas fontes documentais e escritas, tendo como principal desafio, conhecer os instrumentos didáticos e pedagógicos da alternância na Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, considerando os seguintes tempos de formação: TE – Tempo Escola e TC – Tempo Comunidade. No TE, os estudantes aprendem a instrumentalização das técnicas agrícolas, os cuidados com a conservação do solo, autonomia, auto-formação e interação com os demais sujeitos do espaço escolar. Os preceitos teóricos desenvolvidos no TE são implementados no TC e servem de suporte para as culturas do café, milho, hortaliças e frutas, desenvolvidas pelos sujeitos, individuais e coletivos nas famílias e comunidades de origem.

---

<sup>1</sup> 1) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título 1, Artigo 3º IV e Seção 1 – Da Educação, Artigo 206; 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB — nº. 9.394/96, Artigos, 28, 78, 79; 3) ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, organizado em 1997, pelos movimentos sociais do campo, em parceria com a UNB – Universidade de Brasília; 4) PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, criado em 1998, junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; 5) Resolução do Conselho Nacional de Educação / Conselho Educação Básica - CNE / CEB - nº. 1, de 3 de abril de 2002 – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo; 6) Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, nela, a educação do campo como modalidade de ensino; 7) Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e, por último, 8) PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, lançado no dia 20 de março de 2012.

<sup>2</sup> PRONATEC – Instituído pela Lei Nº 12.513 de 26 outubro de 2001, com a finalidade ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica.

O processo de ensino-aprendizagem defendido pela Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, tem a intenção de romper com estruturas curriculares e PPP – Projetos Políticos Pedagógicos conservadores, com pouca flexibilidade em relação aos conteúdos didáticos. Além de fortalecer a participação dos familiares e comunidades no acompanhamento e desempenho dos estudantes, colabora com a formação crítica desses sujeitos. A pedagogia da alternância, numa perspectiva crítica do saber, se fortalece com a participação de educadores, educandos, familiares e comunidades. Nessa conjuntura, é essencial considerar as histórias, memórias, identidades e realidades dos estudantes, seus vínculos com o trabalho coletivo e a diversidade de movimentos sociais no Brasil.

## **Pedagogia da Alternância e Educação do Campo**

Com o objetivo de atender aos anseios do trabalhador rural, preocupado com a educação e formação profissional dos filhos, o respeito às diversas realidades camponesas, suas histórias e identidades, surge, em 1935, a pedagogia da alternância. Movimento no interior da França que colaborou com o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões (PASSOS, 2011). A pedagogia da alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que articula as “*diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional*” (TEIXEIRA, 2008 p. 227). Grandes educadores brasileiros concordam que os fundamentos da alternância contribuem no reconhecimento e empoderamento da educação do campo, na sua estreita relação com os movimentos sociais (SILVA, 2008; BICALHO, 2016; CALDART, STEDILE & DAROS, 2015; MOLINA, 2014; VENDRAMINI & AUED, 2009).

Neste processo de consolidação de tal pedagogia a preocupação maior foi com os filhos dos camponeses. A oferta de formação técnica, geral e humana foi priorizada, possibilitando ao agricultor familiar exercitar sua liderança, criticidade, responsabilidade e competência, aliados à melhoria da vida no campo. Esta experiência educativa, deu origem à primeira Maison Familiale Rural – MFR<sup>3</sup>. Seus elementos são, ainda hoje, concebidos como pilares da pedagogia da alternância: 1) estreita relação entre organização familiar, responsabilidade pedagógica e jurídica; 2) preocupação com o desenvolvimento local e enfoque na formação integral dos sujeitos envolvidos; 3) autenticidade pedagógica nos tempos e espaços de formação específicos.

A pedagogia da alternância tem como grande desafio a: utilização das ferramentas pedagógicas, numa estreita articulação entre os tempos e espaços formativos: TE – Tempo Escola e TC – Tempo Comunidade. Reafirma-se a necessidade de conhecer as origens e práticas de alternância, para melhor compreensão da formação inicial e continuada de educadores e educandos. Tais aspectos podem contribuir na valorização dos espaços democráticos e na produção crítica e emancipadora do conhecimento.

Em sua expansão pelo mundo, as instituições que adotaram a pedagogia da alternância, foram agrupadas na denominação CEFFA – Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância, em função das várias especificidades existentes. No Brasil, o CEFFA é conhecido como Centro Familiar de Formação por Alternância e engloba: CFMs – Casas Familiares do Mar; CFRs – Casas Familiares Rurais; ECORs – Escolas Comunitárias Rurais e EFAs – Escolas Famílias Agrícolas. Importante ainda considerar a UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil e o MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. Embora as nomenclaturas pareçam demasiadamente diferentes, primam por objetivos semelhantes: elevar as condições de vida dos sujeitos camponeses, defendendo escolas do campo que respeitem a diversidade dos saberes, individuais e coletivos, presentes no meio rural. Nos CEFFAs, os educandos experimentam a produção crítica do conhecimento no cotidiano das relações teórico-práticas. As práticas de

<sup>3</sup> Nome em francês das CFR.

alternância, através dos instrumentos pedagógicos, promovem as condições básicas de formação dos educadores e educandos, considerando a sustentabilidade e o contexto social, profissional, pessoal e de transformação do meio rural. (BUENO & BICALHO, 2013).

Na tentativa de transformar esse contexto, a pedagogia da alternância, implantada no Brasil na década de 1960, surgiu, entre outros objetivos, para articular os processos educativos às necessidades históricas e sociais das comunidades camponesas. Foi utilizada no enfrentamento do êxodo rural e nas condições de pobreza e abandono do campo, valorizando a formação conscientizadora de educadores, educandos e familiares. As instituições que utilizam tal pedagogia surgem como iniciativa estratégica de promoção e desenvolvimento dos agricultores familiares, além de alternativas à falta de políticas públicas de valorização do campo. Segundo Teixeira (2008, p. 229), “a Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), o qual fundou as Escolas Familiares Rurais de Alfredo Chaves, de Rio Novo do Sul e de Olivânia”. Desde o seu surgimento, a ideia básica era conciliar estudos e trabalho na propriedade rural da família, privilegiando a produção crítica do conhecimento trazida pelos estudantes, a partir das suas experiências de mundo, além das atividades didáticas e escolares.

A pedagogia da alternância, na formação dos sujeitos, conta com a parceria de monitores/educadores, educandos, familiares, comunidades, movimentos sociais, sindicatos e demais organizações locais. Dialoga com as experiências concretas de educação popular vivenciadas pelos estudantes. Nela são desenvolvidos processos de ensino-aprendizagem contínuos, considerando o seguinte percurso: propriedade – escola – propriedade. O estudante mergulha na realidade de sua propriedade/comunidade, caracterizando-a. Na escola, socializa os saberes sistematizados, aprofundando os conteúdos identificados na análise anterior. Por fim, retorna à sua realidade com os saberes ressignificados, intervindo dialeticamente. Tais comportamentos podem gerar valores, conteúdos formativos e saberes que serão novamente trabalhados no contexto escolar. Produzir conhecimento em articulação com a organização familiar e comunidade, pode contribuir com outros olhares acerca das histórias de vida, identidades, memórias e realidade dos educadores e educandos (GARCIA-MARIRRODRIGA & PUIG, 2010).

Em 1995, contando com a presença de representantes da antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus – EAFM, atual Instituto Federal do Amazonas (IFAM), *campus* Zona Leste, e sob a influência da Primeira Semana de Formação na Pedagogia da Alternância, além da inauguração da 1ª Casa Familiar Rural da Região Norte do Brasil, Município de Medicilândia, Região Transamazônica no Estado do Pará, a Pedagogia da Alternância ganha visibilidade na EAFM, em especial, a partir do I Seminário de Desenvolvimento Rural, ocorrido nos dias 17 e 18 de julho de 1996 (PASSOS, 2011). Importante neste debate, citar o Parecer CNE/CEB nº 1/2006, aprovado em 01 de fevereiro de 2006. Este documento oficial trata a educação do campo interligada à pedagogia da alternância e recomenda sua adoção nas escolas do campo. Ele aprofunda o debate acerca dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), em suas formulações de Escolas Famílias Agrícolas (EFA), de Casas Familiares Rurais (CFR) e de Escolas Comunitárias Rurais (ECOR). Segundo o caderno nº 02 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD, 2007, p. 72):

Os pilares dos CEFFA foram sendo construídos até os dias atuais e se constituem em: a) Pilares meios – associação local (pais, famílias, profissionais, instituições) e Pedagogia da Alternância (metodologia pedagógica); e b) Pilares fins – formação integral dos jovens e desenvolvimento sustentável do meio (social, econômico, humano, político...).

Nos CEFFA, as atividades de formação variam de três a quatro anos. Os estudantes vivenciam a alternância em períodos de uma a duas semanas nas Casas Familiares Rurais (CFR) e nas famílias/comunidades. Com a formação, os estudantes recebem diplomas do ensino fundamental,

médio ou profissional de nível técnico (SECAD, 2007). A organização curricular atende as orientações da base nacional para educação básica. As disciplinas de nível técnico são trabalhadas, em sua grande maioria, com o objetivo de dialogar com as histórias e realidades das diversas localidades. Por outro lado, os desafios são muitos, na construção de currículos que integrem os aspectos didáticos, políticos, sociais, culturais e pedagógicos da alternância. Para Gimonet (2007, p. 120), existem três tipos de alternância:

- a) **A falsa alternância**, também denominada de *alternância justaposta*, que coloca períodos em empresa no curso de formação, ou faz com que se sucedam tempos de trabalho prático e tempos de estudo, sem nenhuma ligação manifesta entre si.
- b) **Alternância Aproximativa**, cuja organização didática associa os dois tempos da formação num único conjunto coerente. Todavia, trata-se de uma soma de atividades profissionais e de estudo que de uma verdadeira interação entre os dois. Além disso, os alternantes permanecem em situação de observação da realidade sem ter os meios de agir sobre a mesma.
- c) **Alternância Real**, também chamada de alternância integrativa. Esta não se limita a uma sucessão dos tempos de formação teórica e prática, mas realiza uma estreita conexão e interação entre os dois, além de um trabalho reflexivo sobre a experiência. Este tipo de alternância privilegia o projeto pessoal e coloca o formando como ator envolvido em seu meio.

Segundo Gimonet (2007), entender e assimilar a formação em alternância são atos complexos. Os segredos da formação alternada são desvendados, quando consideram as interações políticas e os componentes sociais. É possível e, extremamente relevante, a aplicabilidade dos fundamentos da alternância nas diversas escolas do campo. Por outro lado, reconhecemos que as inúmeras dificuldades de infraestrutura, estradas intransitáveis, formação de professores, materiais didáticos, recursos, entre tantos outros fatores, devem ser superadas com responsabilidade e, acima de tudo, compromisso com a educação do campo e seus educadores, educandos, familiares, comunidades e movimentos sociais.

### **Pedagogia da Alternância e Formação do Educador**

Constatamos que a formação do educador na atualidade aponta para práticas pedagógicas dissociadas da realidade rural (BUENO & BICALHO, 2013; MOLINA, 2014). A educação do campo enfrenta, entre tantos outros problemas, um enorme desafio: como transformar a prática pedagógica dos educadores para, de fato, exercer mediações no processo de construção coletiva dos saberes vivenciados pelos estudantes do campo? Como educadores/as, educandos/as e movimentos sociais contribuem com o desenvolvimento sustentável do campo brasileiro, e nele, a agricultura familiar, orgânica e agroecológica, na sua estreita relação com os espaços de formação política e educação popular, presente nas escolas do campo?

A pedagogia da alternância e seus instrumentos específicos sinaliza que educadores e educandos devem romper com valores conservadores e tradicionais. Defende a possibilidade de envolvimento crítico na produção do conhecimento que emancipa as pessoas. Acreditamos que as práticas de alternância e, nela, a formação do educador, pode resultar em mudanças de paradigmas na educação do campo. Vivemos numa sociedade que não reconhece, em sua grande maioria, a escola como espaço de formação integral dos indivíduos. Sua extensão humana e cidadã é desconsiderada (BUENO & BICALHO, 2013). Ao invés de redimensionar a formação dos sujeitos envolvidos neste processo de ensino-aprendizagem, a escola adequa os estudantes, mantendo a estrutura vigente. Nesse contexto, é bastante elucidativa a fala de Perrenoud (2002, p. 12 e 13):



As finalidades do sistema educacional e as competências dos professores não podem ser dissociadas tão facilmente. Não privilegiamos a mesma figura do professor se desejamos uma escola que desenvolva a autonomia ou o conformismo, a abertura ao mundo ou o nacionalismo, a tolerância ou o desprezo por outras culturas, o gosto pelo risco intelectual ou a busca de certezas, o espírito de pesquisa ou o dogmatismo, o senso de cooperação ou o de competição, a solidariedade ou o individualismo. (...) não é possível formar professores sem fazer escolhas ideológicas.

A formação dos educadores na realidade brasileira vem há décadas pautando-se em modelos reprodutivistas e elitistas (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO & FRIGOTTO, 2012). Os cursos de formação nos níveis, médio e superior, perdem, gradativamente, seu potencial político, filosófico e antropológico. A racionalidade técnica constituída nos meios acadêmicos forma o profissional da educação. Ao educador é oferecida a competência técnica, muitas vezes insuficiente e, em grande parte, baseada na universalização do processo de construção do conhecimento. Quase sempre os mesmos objetivos, conteúdos e clientelas. Sempre atual, a reflexão de Freire (2007, p. 20) justifica a necessidade de analisarmos a formação do educador:

Não devo julgar-me, como profissional, “habitante” de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. Habitantes de um gueto, de onde saio messianicamente para salvar os “perdidos”, que estão fora. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno.

Valorizar a relação entre pedagogia da alternância e formação de professores é essencial. Essa relação exige estudos que considerem, na atual conjuntura, as principais teorias e o contexto geral de formação no país, suas práticas pedagógicas, sociais, políticas e culturais. A formação do educador pode ser redimensionada, considerando as finalidades do sistema educacional brasileiro e as especificidades da educação do campo, na sua estreita ligação com o cotidiano dos camponeses, reforma agrária, agricultura familiar, orgânica e agroecológica, combate aos agrotóxicos, fechamento de escolas do campo, entre outros aspectos. Segundo Begnami (2003, p. 22):

Analisando o Brasil rural hoje deparamos com uma realidade paradoxal, de um lado a agricultura e pecuária em escala empresarial, moderna, altamente tecnificada, baseada na monocultura e no latifúndio, voltada para o mercado externo e de outro lado a agricultura familiar, formada de pequenos e médios produtores relegados quase que ao abandono, em detrimento da prioridade das políticas agrícolas voltadas ao modelo industrial urbano. Por forças das organizações camponesas ligadas aos setores da agricultura familiar esta realidade de exclusão por parte das políticas públicas começa a mudar a partir do final da década de 1990.

Nessa conjuntura, por um lado, reafirmamos a escassez de políticas públicas de valorização efetiva dos assentamentos, acampamentos, territórios quilombolas, indígenas e demais espaços coletivos de luta pela terra, e nela, a educação do campo. Por outro, presenciemos, nas duas últimas décadas, uma vasta legislação que contribuiu com os debates acerca da educação do campo: 1) PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, criado em 1998, junto ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Atualmente no MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2) Resolução do Conselho Nacional de Educação / Conselho Educação Básica - CNE / CEB - nº. 1, de 3 de abril de 2002 – Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo; 3) Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO. Criado em 2007, tem por finalidade formar educadores por área de

conhecimento, via pedagogia da alternância, para lecionarem nas escolas do campo; 4) Resolução nº 4, de 13 de Julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e, nela, a educação do campo, como modalidade de ensino; 5) Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; 6) PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo, lançado no dia 20 de março de 2012; 7) Portaria nº 391, de 10 de maio de 2016. MEC. DOU de 11/05/2016 (nº 89, seção 1, pág. 40). Estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Importante ressaltar que a conquista de tais políticas públicas educacionais é fruto da resistência organizada dos movimentos sociais, sindicatos e demais organizações do campo<sup>4</sup>. A educação do campo pode ser reivindicada como direito dos sujeitos, individuais e coletivos. Ela é fruto das lutas e ações de diversos atores sociais em favor das escolas do campo que respeitem a realidade das famílias camponesas. Lutas que marcam a ruptura entre educação do campo e educação rural. Muito mais que nomenclaturas, tal divisão retrata a consciência dos processos educativos à serviço dos sujeitos camponeses. Sujeitos históricos com direito ao protagonismo na consolidação de uma nova sociedade, baseada nos princípios da solidariedade, produção familiar, orgânica e agroecológica (BUENO & BICALHO, 2013).

Não se trata mais de pensar na escolinha da roça, mas numa organização pedagógica que legitime as especificidades das escolas do campo, considerando infraestrutura, educadores, educandos e movimentos sociais. Elas podem ser essenciais no fortalecimento da segurança alimentar e no processo de desenvolvimento rural em bases sustentáveis. Diante do aumento crescente do agronegócio e dos agrotóxicos, somados à histórica concentração de terras, em detrimento da agricultura familiar, os movimentos sociais e seus componentes históricos, sociais e educacionais ocupam um espaço importantíssimo, num campo cheio de vida, histórias, memórias, identidades, sonhos e desejos.

A educação popular pode ser uma ferramenta norteadora na formação crítica dos educadores. Além de romper com modelos autoritários e conservadores de sociedade, tem condições de alterar as relações de poder e situações de descasos com os sujeitos do campo, ampliando os processos de resistências, enfrentamentos e acúmulo de forças, na promoção de mudanças que emancipam. Na atual conjuntura, por exemplo, as oportunidades de conclusão do ensino fundamental e médio, foram, em algumas ocasiões, relativamente ampliadas nos municípios e estados. O acesso e permanência dos estudantes à educação básica pode transformar a vida de muitos jovens agricultores familiares. No entanto, ainda constatamos regiões inteiras com enorme precariedade na oferta da educação do campo, enquanto modalidade de ensino (BUENO & BICALHO, 2013; MOLINA, 2014).

Com muita tristeza afirmamos que no Brasil a escolarização do jovem rural é, na maioria dos casos, encerrada no primeiro segmento do ensino fundamental (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO & FRIGOTTO, 2012). As dificuldades de permanência das crianças, jovens e adultos nas escolas do campo são inúmeras: 1) poucas escolas, 2) distância entre escola e residência dos estudantes, 3) falta de professores, 4) formação que desconsidera a realidade histórica, social e cultural do campo, 5) descaso com as turmas multisseriadas, 6) infraestrutura inadequada para educadores e educandos, 7) estradas com poucas condições de uso e sem manutenção, 8) transportes em péssimas condições de conservação, inclusive, com riscos de acidentes para educadores e educandos, 9) material didático descontextualizado, contemplando, basicamente, os valores urbanos,

---

<sup>4</sup> MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens; Caiçaras; CPT – Comissão Pastoral da Terra; FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Movimentos Indígenas; MMC - Movimento de Mulheres Camponesas; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; Pescadores artesanais; Quilombolas e Ribeirinhos.

10) inadmissível fechamento das escolas do campo, 11) nucleação, 12) escolas que resistem à participação dos movimentos sociais nas atividades político-pedagógicas, 13) descompromisso das secretarias de educação com os altos índices de analfabetismo e oferta da educação de jovens e adultos. Esses e outros aspectos, ilustram o quadro de descaso com a educação pública no campo brasileiro.

A educação do campo encontra na pedagogia da alternância, possibilidades para dialogar com as experiências inovadoras de profissionalização, fortalecimento do meio, valorização da cultura local e autoestima das comunidades rurais, além da interface com os movimentos sociais do campo, soberania alimentar, agricultura familiar, agroecológica e orgânica. Os educadores priorizam a integração entre os diferentes tempos e espaços de formação, sejam eles, os saberes da educação popular, da família ou escola, considerando os instrumentos pedagógicos e metodológicos da alternância, além da articulação entre TE – Tempo Escola e TC – Tempo Comunidade. Nessa conjuntura, as escolas do campo se apropriam da interdisciplinaridade, numa estreita articulação com a formação integral, profissionalização e valorização das histórias de vida dos sujeitos (BUENO & BICALHO, 2013).

A pedagogia da alternância, na interface com a educação do campo, possui peculiaridades que exigirão das universidades, escolas, secretarias municipais e estaduais de educação, gestores, educadores, educandos, familiares, comunidades e movimentos sociais, autocrítica e preparo teórico e prático no enfrentamento dos conservadorismos e tradicionalismos acadêmicos. Importante compreender a grandeza de educar e aprender com os sujeitos do campo, sejam eles, crianças, jovens ou adultos, num contexto de grandes desafios para sobrevivência humana e descaso com a agricultura familiar, se comparada com o avanço do agronegócio. Nesse sentido, a maior preocupação é continuar com reflexões que considerem a formação dos educadores na pedagogia da alternância e a promoção de práticas diferenciadas na educação do campo.

### **Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos**

A história de Boa Vista do Ramos está diretamente ligada ao município de Maués. Em 1798 é fundada a Aldeia de Lusea. No decorrer da primeira metade do século XIX a região é palco de sangrentos conflitos entre brancos e índios, sendo também afetada pela sedição dos cabanos. Em 1850 é criada a Província do Amazonas e Lusea, um dos 14 municípios existentes. Destacando-se por seu progresso em 1892, tem seu nome mudado para Maués e, em 1895, passa a ser sede de comarca. Durante a administração do Governador Dr. José Lindoso, por força da Emenda Constitucional nº 12, de 10 de dezembro 1981, promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, o Subdistrito de Boa Vista do Ramos, as áreas adjacentes dos municípios de Barreirinha e Urucurituba, além de outros territórios do município de Maués, passam a constituir o município de Boa Vista do Ramos (IBGE, 2014).

Segundo o IBGE, (2014), o município tem este nome pelo seu rio principal, Paraná do Ramos, afluente do Rio Amazonas, que é via de acesso navegável de diversos municípios situados na região do Baixo Amazonas. São 50 comunidades rurais nas cinco regiões que compõem o referido município: Ramos de Cima, Ramos de Baixo, Curuçá, Região dos Lagos e Região do Rio Urubu. Sua distância da capital Manaus, em linha reta, é de 270 km. A economia do município está baseada na agricultura e pesca. A agricultura tem grande importância na manutenção das famílias. Elas investem em cultivos de pequena escala e processam produtos artesanais. A pesca é a principal fonte de proteína nas comunidades da várzea, tendo como finalidade, a subsistência e complementação da renda familiar.

Segundo Passos (2011), a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos – CFR de BVR é fruto de uma associação de famílias com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. Sua sede está situada na comunidade rural Boa União, nas margens do Rio Paraná do Ramos, numa área de 10.000



m<sup>2</sup>, com dois ambientes: terra firme e várzea. Sua estrutura física é composta de piso de alvenaria, com estrutura de madeira nas laterais e divisórias. Possui cobertura de zinco e palha. Seus compartimentos constam de alojamento masculino e feminino, biblioteca, varandas e refeitório onde são realizadas as aulas teóricas. Nas áreas externas do seu entorno são cultivadas pequenas hortas, árvores frutíferas e jardins.

Um dos principais objetivos da CFR é oportunizar aos agricultores e pescadores das comunidades do entorno uma escola do campo, mesmo com uma arquitetura simples. Ela permite dialogar com os costumes, tradições e realidade de vida dos sujeitos, individuais e coletivos. A intenção é que educadores e educandos compreendam que a CFR de BVR pode ser a extensão de suas próprias casas. Defende-se uma educação emancipadora e contra-hegemônica, materializada a partir dos interesses das comunidades tradicionais e o protagonismo dos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

A pedagogia da alternância é a proposta pedagógica assumida pela Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos. Ela considera as lutas travadas pelos agricultores familiares, além do desejo de produzir e gerar renda com o apoio de diversas organizações de base. Contribui ainda para diminuir as taxas de evasão escolar, bem abaixo dos padrões nacionais, e uma formação que ofereça aos jovens e adultos do campo, condições de aprendizagens, teórico-prática, nos seus estabelecimentos agrícolas (MELO, 2010).

A pedagogia da alternância pode romper com o tecnicismo nas escolas tradicionais, e nela, os debates em torno das competências, aprendizagens técnicas, mercado de trabalho e preceitos apenas conteudistas. A instrumentalização dos fundamentos da alternância pode aproximar as diversas realidades dos agricultores locais e seus problemas nas lavouras, com os movimentos sociais. Nesse sentido, a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, compreende que tais estudos levam à cooperação entre os diversos sujeitos, corrobora com a gestão democrática, bem como, interage nas atividades coletivamente organizadas. Ela defende a participação de educadores, educandos e familiares na consolidação do processo educacional, nos eventos escolares e nas tomadas de decisão. O envolvimento dos familiares na vida escolar dos filhos é essencial, colaborando na produção de pesquisas, construção e desconstrução de conceitos, além da diversidade de valores e costumes, imprescindíveis à formação humana e ética. O respeito às histórias de vida, identidades e memórias de educadores e educandos, certamente contribui para integrar os diversos atores sociais e fortalece, entre tantos outros fatores, os fundamentos da alternância, a educação do campo e os movimentos sociais. (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO & FRIGOTTO, 2012)

Tais aspectos contribuem na consolidação da pedagogia da alternância na Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, em diálogo com os saberes populares e acadêmicos, além da resistência cultural à forte hegemonia neoliberal presente na educação brasileira. Nesse sentido, a realidade de educadores, educandos e comunidade escolar é compreendida como eixo principal no processo de ensino-aprendizagem e organização curricular, respeitando valores e práticas sociais, indispensáveis ao exercício da cidadania plena.

## **Considerações Finais**

Este artigo teve a intenção de contribuir com o processo de ensino-aprendizagem, desenvolvido na Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, sob a concepção da pedagogia da alternância. Nessa conjuntura de diversidades, compreendemos a pedagogia da alternância, na estreita ligação com a formação dos educadores e a educação do campo. Definitivamente, rompe-se com a construção equivocada dos estereótipos. Os agricultores familiares não são ingênuos, ignorantes, dependentes e atrasados. A pedagogia da alternância, numa estreita articulação com os movimentos sociais de luta pela terra, a educação popular e a educação do campo, recria o sujeito histórico.

A Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, voltada para o desenvolvimento local e envolvimento familiar, privilegiou os princípios da pedagogia da alternância em articulação com as políticas públicas de educação do campo e os movimentos sociais. Foram utilizadas várias estratégias que colaboraram com a qualidade de vida dos sujeitos camponeses, compreendendo o campo como espaço de produção, respeito à natureza, território de vida, relações sociais, políticas e culturais. A pedagogia da alternância adotada pela CFR de BVR foi uma alternativa para romper com os altos índices de evasão na educação de jovens e adultos. Conforme dados da secretaria da escola, todos os trinta estudantes matriculados no Curso Técnico de Nível Médio em Agroecologia, na Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, concluíram o curso.

A produção do conhecimento pautada na leitura crítica dos referenciais teóricos não foi isenta de valores. A construção crítica e coerente do saber não é neutra. Assim, a história pessoal dos autores permeou todo o desenvolvimento desse trabalho. Esperamos, dessa forma, estimular a produção de leituras e reflexões que contemplem a formação dos sujeitos do campo. Nesse processo de construção histórica prevaleceu o respeito às diferenças e a valorização da identidade cultural dos atores envolvidos, propondo uma educação inclusiva, questionadora e democrática. Por fim, é importante novamente registrar a preocupação da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, em especial, com os atores vinculados ao Curso Técnico de Nível Médio em Agroecologia, suas contribuições, direta e indireta, na formação dos sujeitos do campo. Sugiro aos leitores a continuidade desses estudos, com o objetivo de compreender as possíveis interfaces entre os instrumentos didáticos e pedagógicos da alternância, a educação do campo e os movimentos sociais.

### **Referências Bibliográficas**

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e alternâncias**. 2003. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de Lisboa.

BICALHO, R. S. **Interfaces entre escolas do campo e movimentos sociais no Brasil**. Revista Brasileira de Educação do Campo. Tocantinópolis. Volume 1 / jan – jun, 2016.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica nº 1/ 2002.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Complementares da Educação Básica do Campo**. Resolução Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica nº 2/ 2008.

BRASIL. **Cadernos SECAD Nº 02: Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas/ Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC, SECAD, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BUENO, M. C. & BICALHO, R. S. **Educação do campo e pedagogia da alternância na formação do professor**. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU Ano 3 Número 4 Janeiro - Julho de 2013.

CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. [Orgs]. **Caminhos para transformação da Escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. Expressão Popular, 2015.

CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. [Orgs]. **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, 2012.

ESTEVAM, D. O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância.** Florianópolis: Insular, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** SP: Paz e Terra, 2007.

GARCIA-MARIRRODRIGA, R.; PUIG, P. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFAS no mundo.** Trad. Luiz da Silva Peixoto, João Batista Begnami, Thierry De Burghrave, Francisco Trevisan. BH: O lutador, 2010.

15

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a pedagogia dos CEFFAs.** Petrópolis: Vozes, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@, 2014.** Disponível em: disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>, acessado em: 08/12/2015.

MELO, A. O. **Educar para sustentabilidade: a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos – Amazonas.** 2010. 101f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Manaus-AM, 2010.

MOLINA, M. C. (Org). **Licenciaturas em Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar.** MDA / Série NEAD Debate 23, 2014.

PASSOS, M. G. S. **Pedagogia da alternância: caminho possível para a formação e valores dos sujeitos sócias do campo nos cursos do IFAM/Campus Manaus Zona Leste.** 2011. 89f.: il. Dissertação (mestrado) – Universidade Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Garduação em Educação Agrícola, 2011.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica.** Trad. Cláudia S. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, L. H. **Educação do campo e pedagogia da alternância: a experiência brasileira.** Revista de Ciências da Educação, 5, pp. 105-112, 2008.

TEIXEIRA, E. S. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

VENDRAMINI, C. R. & AUED, B. W. **Educação do Campo: desafios teóricos e práticos.** Florianópolis: Editora Insular. 2009.